



Bolsas	Pontuação B3	Dólar	Salário mínimo	Euro	CDI	CDB	Inflação
Na sexta-feira	Ibovespa nos últimos dias	Na sexta-feira	Últimos	Comercial, venda na sexta-feira	Ao ano	Prefixado 30 dias (ao ano)	IPCA do IBGE (em %)
0,01% São Paulo	137.913	R\$ 5,398 (- 0,35%)	R\$ 1.518	R\$ 6,317	14,90%	14,91%	Março/2025 0,56 Abril/2025 0,43 Maio/2025 0,26 junho/2025 0,24 Julho/2025 0,26
0,02% Nova York	12/8 13/8 4/8 15/8	11/agosto 5,442 12/agosto 5,387 13/agosto 5,401 14/agosto 5,417					

GUERRA COMERCIAL

Haddad acusa EUA de travar negociações

Ministro da Fazenda afirma que não há má vontade do Brasil no tarifaço e reforça que governo vai cumprir metas fiscais, enquanto medidas de socorro a setores impactados pelo aumento tarifário norte-americano começam a ser implementadas

» RAPHAEL PATI

Em dia marcado por acusações de ambos os lados na guerra comercial entre Estados Unidos e Brasil, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, voltou a comentar sobre a reunião desmarcada com o secretário do Tesouro norte-americano, Scott Bessent, na última semana. Em um evento organizado pelo canal de notícias Times Brasil, o titular da pasta defendeu que não há má vontade do governo brasileiro em negociar com os norte-americanos, e que essa falta de abertura está inteiramente ligada ao governo de Washington.

“Pairava uma dúvida: será que o governo brasileiro está sabendo negociar? Será que o governo brasileiro está fazendo gestão diplomática junto ao governo dos Estados Unidos para sentar à mesa? E nós quisemos dissipar essa dúvida, demonstrando cabalmente, até por meio de documentos, de que a má vontade não partia do Brasil. A má vontade partia dos Estados Unidos”, disse, ontem, o ministro.

Haddad explicou que, quando recebeu o e-mail de Bessent, marcando dia e horário da reunião, ele já sabia que, ao divulgar a notícia, o governo corria o risco de haver alguma obstrução por parte de aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro, preso preventivamente no caso do suposto golpe tramado após as eleições de 2022.

No último dia 15, o filho 03 do ex-presidente, o deputado licenciado Eduardo Bolsonaro, postou em suas redes sociais uma foto ao lado do secretário norte-americano, que teria sido tirada no mesmo dia em que haveria a reunião do ministro de Lula com o representante do governo do presidente Donald Trump.

Diante disso, o chefe da Fazenda comentou que os EUA tentam impor uma solução “constitucionalmente impossível” ao Brasil, que seria a interferência do Poder Executivo no Judiciário, se referindo às críticas do governo norte-americano ao ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes. “Nós não temos uma situação constitucional que nos permitisse, política e juridicamente, atuar no caso. Então, gerou-se um impasse, que é pedir o que não

pode ser entregue”, acrescentou.

Ainda na semana passada, o governo anunciou um plano de contingência para socorrer os setores e empresas afetadas diretamente pela tarifa de 50% aplicada pelo governo norte-americano às importações de produtos brasileiros. A medida provisória publicada em Diário Oficial prevê um crédito especial na casa de R\$ 30 bilhões para este público, além do incentivo à manutenção de empregos e à compra de produtos de exportadores.

Apesar da promessa de estimular a economia, ao mesmo tempo em que há o objetivo de socorrer os mais impactados pelo tarifaço, o mercado avalia que ainda há muitas incertezas sobre o programa, o que pode repercutir no resultado fiscal do governo ao final do ano. Mesmo assim, o ministro ressaltou que o governo vai atingir o cumprimento das metas previstas até o ano que vem. “Tem lei, tem um arcabouço fiscal, tem uma LDO, tem uma lei orçamentária, e nós vamos cumprir o que está pactuado”, sustentou Haddad.

Dólar e bolsa

Ontem, o dólar comercial encerrou o dia em queda de 0,68%, cotado a R\$ 5,43. A valorização da moeda norte-americana ante o real vai na mesma direção que a maioria dos outros países. O Índice DXY, que mede a força da divisa mundo afora, subiu 0,27%. Já o Índice da Bolsa de Valores de São Paulo (Ibovespa/B3) surfou na direção contrária à maré negativa e emplacou a primeira alta da semana, de 0,72%, aos 137.321 pontos.

O otimismo de investidores é reflexo de projeções mais animadoras para a economia brasileira em 2025, principalmente após a divulgação do Boletim Focus, pela manhã. O relatório, publicado pelo Banco Central, reduziu em 0,1% a estimativa para a inflação em 2025, em apenas uma semana.

Para o analista da Ouro Preto Investimentos Sidney Lima, o movimento reflete a combinação de câmbio mais estável e menor pressão de ataque, confirmando a 12ª revisão consecutiva para baixo da expectativa para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). “Além disso, as projeções para o PIB foram mantidas

Washington Costa/MF.



Ministro diz que Trump tenta impor uma solução “constitucionalmente impossível” ao Brasil, com interferência do Poder Executivo no Judiciário



“Pairava uma dúvida: será que o governo brasileiro está sabendo negociar? (...) E nós quisemos dissipar essa dúvida, demonstrando cabalmente, até por meio de documentos, de que a má vontade não partia do Brasil. A má vontade partia dos Estados Unidos”

neste ano, com Selic em 15% ao fim de 2025, sinalizando que, embora a atividade mostre sinais de enfraquecimento, há espaço para expectativas mais benignas sobre preços”, destaca Lima.

Otimismo

O especialista em mercado financeiro e sócio da G2W Invest, Ciro de Avelar, por sua vez, acredita que o mercado já vê os dados do Boletim Focus como positivos. O que ainda deve seguir no radar é a forma com que o governo brasileiro vai lidar com a pressão na atividade econômica que foi freada pelo tarifaço. Ele ressalta que, com os incentivos fiscais, a dívida do país deve aumentar, o que traz um nível a mais de incerteza para o mercado brasileiro.

“Essa baixa também da inflação é puxada por essa baixa do dólar, que teve desde o tarifaço. E a gente entende que vai continuar essa

volatilidade, principalmente por causa das incertezas da política econômica norte-americana e das incertezas da política fiscal brasileira”, considera Avelar. Por outro lado, o Índice de Atividade Econômica (IBC-Br) recuou 0,1%, mas abaixo das expectativas do mercado. O dado é considerado por economistas como a “prévia do PIB”.

Enquanto a bolsa brasileira se saiu bem nesta segunda-feira, não é possível afirmar o mesmo dos índices norte-americanos e europeus. Nos EUA, o Dow Jones e o S&P 500 apresentaram leve recuo de 0,08% e 0,01%, enquanto que o Nasdaq ficou praticamente estável, com ligeiro avanço de 0,03%. Na Europa, o índice Euro Stoxx 600 fechou praticamente estável, com 0,01% de alta, enquanto que as bolsas de Paris (-0,5%) e Frankfurt (-0,18%) tiveram resultados negativos ao final do pregão.

O dia também foi marcado pelo encontro de líderes europeus

com o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump. Na agenda do republicano, houve um encontro com o presidente da Ucrânia, Volodymyr Zelensky, para tratar sobre a guerra no leste europeu, o que causou um movimento de espera dos mercados sobre o resultado da reunião, que ao final não surtiu efeitos mais imediatos.

Para o analista de investimentos Felipe Sant’Anna, as bolsas ficaram “murchas” no primeiro dia da semana, pela expectativa que havia no mercado por uma negociação melhor, que envolvesse alguma proposta mais concreta de ambos os lados. O especialista ainda destaca que os investidores aguardam uma possível sinalização do presidente do Federal Reserve (Fed) — o banco central dos EUA —, Jerome Powell, a respeito da taxa de juros no país, que segue entre 4,25% e 4,5% ao ano, mas com perspectiva de corte já para a reunião de setembro.



RAUL VELLOSO

TEMOS UM DEFICIT PÚBLICO — EFETIVO OU POTENCIAL — BASTANTE ELEVADO, MESMO SEM OS EFEITOS DO TARIFAÇO, IMAGINEM COM ELES

Hora e a vez do ajuste fiscal

A credibilidade da âncora fiscal do Brasil só diminui. Ao identificar o custo de medidas de socorro a empresas brasileiras atingidas pelo tarifaço americano, as despesas com a chamada PEC da Transição — incluindo precatórios —, o auxílio recente ao Estado do Rio Grande do Sul e o ressarcimento aos segurados do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) vítimas de fraudes, entre outros, a reportagem mostrou que

há cerca de R\$ 388 bilhões em gastos que não entram na contagem para cumprimento da ambiciosa meta fiscal deste ano, fosse ela qual fosse, como mostrou a matéria chocante no Estadão. E por aí foi...

Aos poucos, se tomará conhecimento da real dimensão dessa expressiva “pedrada” sobre nossas costas, e só assim se poderá fazer uma melhor avaliação sobre o que fazer com as variáveis

críticas de nossa economia.

Além dos impactos desastrosos sobre o emprego, entre outras importantes variáveis setoriais e macroeconômicas que serão afetadas, não poderia haver momento mais difícil para tal cataclisma, como o citado tarifaço, eclodir sobre nós. Nesses termos, é inacreditável que o atual governo possa demonstrar tamanha inoperância para lidar com algo tão grave como se tem

visto até agora por aqui. Tratarei rapidamente a seguir dos principais pontos que me parecem super relevantes para termos em mente nesse tipo de discussão em nosso País, longe de se esgotarem em apenas um artigo da reduzida dimensão deste.

Tendo o elevado impacto acima referido em mente, qual seria o real “x” da questão para nós, ao estourar o tarifaço? Na verdade, penso que o real problema número um que o País precisa enfrentar para valer, e de que muitos ainda não se deram conta, se trata da desastrosa

situação de desequilíbrio fiscal que há muito assolou por aqui, e que essa última “bomba”, o “trumpismo”, só veio agravar. Tal “x” nem de longe se assemelha com o da China ou de outros países que se destacam na discussão do momento.

Ou seja, hoje temos um deficit público — efetivo ou potencial — bastante elevado, mesmo sem os efeitos do tarifaço, imaginem com eles.

— Mas onde está o real “x” da questão, no detalhe? Trata-se do desequilíbrio previdenciário, que é gigantesco em nosso País, e não

apenas temos deixado de “comprar” esse diagnóstico (talvez por medo desenfreado do desgaste político), como de reconhecê-lo explicitamente, explicar qual seria o diagnóstico relevante, e quais as medidas de ajuste mais eficazes a adotar.

Para concluir, e esperando continuar a discussão em breve, saliento que o peso da despesa previdenciária, inclusive Benefício de Prestação Continuada (BPC), no gasto não-financeiro total acabou de alcançar nada menos do que 58,5%. Chocante, não é mesmo?